

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA?

Vânia Aguiar Pinheiro – UFFS

vania.aguiar@yahoo.com.br

Resumo

A Pedagogia da Alternância é uma proposta metodológica adotada por várias experiências de educação no meio rural. Trata-se de uma modalidade que procura não só alternar tempos e espaços de aprendizagens, mas também articular de forma integrada a teoria com a prática. Para compreender o funcionamento dessa metodologia e poder refletir sobre seu significado, foram realizadas visitas a duas instituições. O Instituto Educar, situado em Pontão/RS e criado por movimentos camponeses no contexto de luta pela reforma agrária, busca proporcionar uma formação político-pedagógica ampla com vistas a fortalecer a cidadania ativa dos sujeitos envolvidos. A Casa Familiar Rural (CFR) Santo Agostinho, com sede em Quilombo/SC tem inspiração em uma experiência formativa também no meio rural, surgida na França, e busca preparar profissionalmente os estudantes para atuarem em suas propriedades, tendo um enfoque mais voltado para o empreendedorismo.

Palavras-chave: Pedagogia da alternância – movimentos sociais – processo formativo – meio rural

Introdução

Nos últimos anos, tem sido crescente o número de estudos acerca do significado da Pedagogia da Alternância no processo formativo. Com o intuito de dialogar sobre o assunto, serão apresentados elementos verificados em experiências de educação no meio rural que utilizam essa pedagogia. O presente relato está baseado em visitas realizadas ao Instituto Educar, localizado em Pontão/RS e à Casa Familiar Rural Santo Agostinho, situada em Quilombo/SC.

As visitas permitiram conhecer como surgiram esses projetos, qual sua identidade, como se organizam e funcionam, quais as estratégias que adotam para garantir o direito à educação aos camponeses. Também possibilitaram observar aspectos políticos que permeiam as propostas educativas, além de contribuir com a reflexão sobre políticas públicas que estão sendo implementadas nessa área.

Instituto Educar

De acordo com Jeferson Boeira da Silva¹, coordenador do Instituto Educar, o mesmo surgiu em meio a um processo de lutas sociais pela terra, nas quais estavam envolvidos indígenas e camponeses da região. Essas lutas entre grupos marginalizados foram ocasionadas

1. Cf. relato feito dia 22 de junho de 2013, por ocasião da visita de um grupo de estudos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.

pela omissão do Estado diante dos problemas agrários e agrícolas. Nesse contexto é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deu seus primeiros passos.

O local onde o Instituto está situado é a antiga Fazenda Annoni, considerada um marco histórico da luta pela terra. Foi a primeira área ocupada por famílias organizadas pelo MST, o que representou uma grande conquista para os agricultores que estavam acampados desde o final da década de 1970 à beira da estrada. A partir daí, o MST se consolidou como movimento social, cujas práticas de ocupações e manifestações públicas se disseminaram por todo o território nacional.

O Instituto Educar nasceu nessa realidade, o que lhe confere uma forte identidade social e política e um estreito vínculo com os movimentos camponeses. A instituição, uma ONG sem fins lucrativos, foi criada pelo MST em março de 2005 para formar agricultores com especialização técnica em Agroecologia que possam contribuir com a organização de base dos trabalhadores e possibilitem a ampliação de um novo modelo de agricultura focado na manutenção do homem no campo.

De acordo com Molina (2009, p. 189) “a Educação do Campo é indissociável da luta pela terra, da luta pela reforma agrária. Democratização da terra, com a democratização do acesso ao conhecimento”. Significa dizer que essa proposta de educação alinha-se com o propósito de construção de um projeto popular comprometido com a sustentabilidade econômica, social, política e cultural da terra e dos sujeitos que nela trabalham.

Pedagogicamente, o Instituto Educar busca a formação política na perspectiva dos movimentos sociais camponeses, objetivando a formação de sujeitos sociais ativos. Nesse sentido, Freire afirma: “Não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos de que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciá-la a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade” (1997, p. 78).

Esta compreensão articula-se com a proposta educativa de Marx (2004), a qual se orienta para a emancipação das classes populares e para formação do ser integral, buscando superar a formação unilateral baseada no modo de produção capitalista. A constituição do homem novo, segundo Marx, se daria mediante a união entre trabalho e ensino, e

compreenderia a formação do aspecto intelectual, físico e tecnológico. A educação intelectual estaria estreitamente relacionada com os conhecimentos necessários à luta política para a extinção da propriedade privada e a construção de uma possível sociedade sem classes e sem dominação.

O foco principal do Instituto é o ensino médio agropecuário de caráter profissionalizante. O Instituto utiliza a Pedagogia da Alternância, caracterizada pelo tempo escola e tempo comunidade. “A Pedagogia da Alternância não é uma proposta oriunda do pensamento acadêmico. Ela não envolveu nem docentes nem pesquisadores educacionais até porque estes, na sua maioria, têm estado distanciados das questões colocadas pelas camadas populares, principalmente, mas não só, das que vivem nas áreas rurais” (RIBEIRO, 2008).

Para Jeferson, essa proposta pedagógica é fundamental para garantir aos alunos a possibilidade de continuar seus estudos e permanecer no campo. Dessa maneira, também podem se manter articulados com os movimentos camponeses. No tempo comunidade, os estudantes têm a oportunidade de aplicar na prática o que aprenderam na teoria.

No desenvolvimento da proposta, verificam-se diversas dificuldades. Entre elas, o coordenador do Instituto destaca desafios relacionados com a ausência de políticas públicas para conter o êxodo rural. Enfatiza também que há um significativo índice de evasão de alunos, fenômeno que é provocado principalmente pelas baixas condições socioeconômicas e falta de transporte gratuito aos estudantes.

No que diz respeito ao funcionamento do Instituto, há um reduzido número de funcionários, o que faz com que os alunos sejam envolvidos nas diversas atividades. As mesmas são realizadas de forma coletiva com base na compreensão do trabalho como princípio educativo. Para tanto, as turmas são organizadas em Núcleos de Base (NB), os quais ficam responsáveis pelo cuidado e manutenção de todos os espaços da instituição. “Os núcleos não são permanentes e as tarefas são distribuídas em forma de rodízio, de modo que todos precisam passar pela limpeza do banheiro, assim como também têm a oportunidade de liderar e organizar as equipes”, explica Jeferson.

O Instituto Educar mantém convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com o Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária (PRONERA) para contratação e pagamento de professores. Nesse sentido, Jeferson afirma que um dos desafios é encontrar professores que tenham o perfil adequado à proposta

político-pedagógica do Instituto, o qual, além dos conhecimentos escolares voltados às práticas cotidianas da população do campo, também visa proporcionar formação política e social aos estudantes.

Segundo o coordenador, “é irônico ver professores de escolas agrícolas que ganham a vida dizendo o que os outros têm que fazer sem nunca terem feito. É até engraçado, mas acontece muito”. A afirmação remete à observação feita por Paulo Freire de que ‘é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática’.

Casa Familiar Rural

Outra instituição visitada foi a Casa Familiar Rural (CFR) Santo Agostinho, em Quilombo/SC. Surgida na França, em 1935, a primeira experiência da Casa Familiar Rural teve como protagonista um grupo de agricultores que ofertou uma educação diferenciada a jovens que não se interessavam com a educação formal, pelo fato desta se distanciar da vida e do trabalho camponês.

A iniciativa desembocou em uma proposta de formação profissionalizante para jovens em tal contexto – a Casa Familiar Rural (CFR) – que teve uma grande expansão para outros continentes e diversos países. Entretanto, manteve-se a concepção original da proposta francesa, que era formação de jovens na perspectiva do desenvolvimento harmônico e sustentável do meio rural.

No Brasil, o primeiro projeto de CFR iniciou em 1987 na região Sudoeste do Paraná, com o envolvimento de pequenos agricultores. Em 1991, as CFRs foram implantadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e logo após expandiram-se também para outros estados. Conforme exposto por Anilson Comunello, membro da direção da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, devido ao processo de expansão das CFRs, viu-se a necessidade de criar uma coordenação geral para acompanhar a organização dessas experiências. Assim, surgiu a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), órgão responsável pela coordenação desse projeto no Brasil.

Em se tratando especificamente da Casa Família Rural Santo Agostinho, sua história teve origem em 1990, num programa de intercâmbio entre Brasil e França. Agricultores, acompanhados por autoridades da cidade de Quilombo foram à França com a intenção de

conhecer o projeto. Ao regressarem à sua comunidade, organizaram uma comissão (1991) pró-implantação da CFR Santo Agostinho.

O trabalho da comissão atingiu seu objetivo principal em 1992, com a criação oficial da Casa Familiar Rural. Outro ponto fundamental para o surgimento desta instituição foi o apoio dos agricultores da comunidade e a parceria com a Associação de Moradores. Segundo Anilson, o interesse era tamanho que um agricultor cedeu parte de sua propriedade para a construção da Casa Familiar Rural. Além do apoio do Estado de Santa Catarina, a instituição mantém uma parceria com a Prefeitura de Quilombo e com outras prefeituras próximas, uma vez que recebe alunos de toda região.

Além de oferecer ensino fundamental e médio técnico profissionalizante, um dos objetivos da CFR é a formação cidadã. Busca garantir uma formação que possibilite aos jovens atuarem como empreendedores rurais para melhorar a renda e a qualidade de vida e, dessa maneira, permaneçam no campo. Inicialmente a CFR Santo Agostinho trabalhava apenas com Ensino Fundamental. Em 2000, foi implantado o Ensino Médio, mas foi só em 2008 que iniciou o Curso Profissionalizante Técnico em Agronegócio.

Essa instituição também se organiza com base na Pedagogia da Alternância. No tempo comunidade, os estudantes realizam experimentações tendo em vista o desenvolvimento e a auto sustentação de suas propriedades. Há elementos diferenciados do Instituto Educar no que diz respeito à sua concepção, identidade e perspectiva política.

Segundo Ribeiro (2008) “a Pedagogia da Alternância pode apontar para uma relação trabalho-educação de novo tipo, tendo por base a cooperação e a autogestão. No entanto, pode também significar formas de controle das tensões sociais, acenando para a possibilidade de o agricultor permanecer na terra, bem como mascarar o desemprego [...].” Se, por um lado, essa metodologia pode contribuir com a interação entre teoria e prática, constituindo uma nova práxis, de outra parte, por si só não garante uma perspectiva transformadora no processo de formação.

Considerações finais

A oportunidade de conhecer esses dois espaços, com propostas diferenciadas, foi fundamental para compreender como se dá o processo educativo no contexto rural. Um dos pontos comuns entre ambas as experiências é a utilização da Pedagogia da Alternância.

Porém, conforme Silva (2010, p. 185-186), há diversas modalidades de alternância no campo educativo. Entre elas, a alternância justapositiva ou falsa alternância; a alternância aproximativa ou associativa; e a alternância real e integrativa.

A *alternância justapositiva* apenas busca intercalar atividades diferentes em locais diferentes sem vinculação entre elas. A *aproximativa*, embora tenha certa preocupação didática de articular o tempo escola com o tempo comunidade, caracteriza-se muito mais pela somatória de atividades. Por sua vez, a *alternância integrativa* “consiste em efetivo envolvimento do educando em tarefas da atividade produtiva, de maneira a relacionar suas ações à reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas. Ou seja, uma vinculação efetiva dos tempos e espaços alternados, em uma unidade de tempo formativo, não se tratando de mera sucessão de tempos teóricos e tempos práticos” (SILVA, 2010, p. 186).

Uma das principais diferenças está na origem de cada uma das instituições. O Instituto Educar teve seu surgimento amparado na luta pela terra, com a participação ativa dos movimentos sociais, onde o Estado se eximiu de sua responsabilidade, o que gerou conflitos e ocasionou a emergência do MST. Foi no espaço de um assentamento e com o perfil do movimento camponês que o Instituto foi construído.

A Casa Familiar Rural Santo Agostinho, embora tenha encontrado dificuldades na sua regularização, já há alguns anos conta com o apoio e financiamento público, quer do Estado quer do Município. Nesse sentido, a infraestrutura de ambos os locais é muito diferente, o que está intimamente relacionado com os recursos financeiros que conseguem obter.

Pedagogicamente, o Instituto Educar focaliza a formação política na linha dos movimentos sociais do campo. Dessa forma, se contrapõe à perspectiva capitalista, onde a educação cumpre com a função de formar mão de obra para reproduzir o capital, a dominação nas relações sociais e de produção e a alienação ideológica.

Como defendido amplamente pelo pensamento crítico, a educação deve contribuir para a emancipação dos indivíduos e a construção de relações de cooperação. Deve possibilitar a realização das potencialidades humanas e da libertação integral. Assim, as escolas podem se constituir em espaços pedagógicos por excelência para a consolidação de relações sociais mais justas, solidárias e democráticas. Para tanto, é fundamental o diálogo, a promoção da participação efetiva dos educandos em todos os momentos da vida escolar, a interdisciplinaridade, a valorização das diferenças étnicas, culturais, etc.

Já a Casa Familiar Rural visa à organização da propriedade e desenvolve formação voltada para o mercado, buscando transformar os estudantes em empreendedores rurais. Enquanto o Instituto Educar tem em vista políticas públicas adequadas que garantam a permanência dos jovens no campo, a CFR Santo Agostinho trabalha para que os alunos construam, eles mesmos, alternativas econômicas a fim de permanecerem no campo.

Referências

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*: v. III, séc. XX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MOLINA, Mônica. Possibilidades e limites de transformações das escolas do campo: reflexões suscitadas pela Licenciatura em Educação do Campo – UFMG. In: ANTUNES ROCHA, Maria Isabel e MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Educação do Campo*: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- RIBEIRO, Marlene. *Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000100003>>.
- SILVA, Lourdes Helena da. *Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: a alternância pedagógica em foco*. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/760/780>>.